

VASCO PULIDO
VALENTE

DE MAL A PIOR

Crónicas (1998-2015)

Seleccção de Miguel Pinheiro



Índice

Introdução	17
1. A QUEDA	19
A crise da tesoura	21
Sem saída	23
Ficção	25
Que défice?	27
Por enquanto	29
Cavaco	31
A crise e os portugueses	33
Viver da dívida	35
Segunda dose?	37
A panela de pressão	39
A grande ilusão	41
Brinquem, brinquem...	43
A culpa é nossa	45
E politicamente, quem paga a conta?	47
De quem é a culpa?	49
Um recomeço	51
A farsa	53
A vassourada	55
Uma tragédia portuguesa	57
A herança é pesada	59

Mudar de regime	61
Quem perde e quem ganha	63
O mau aluno	65
2. PAGAR A CONTA	67
A grande mentira	69
A necessidade de empobrecer	71
O manicómio	73
A Grécia e Portugal	75
O criador e a criatura	77
A evidência	79
A necessidade de fé	81
As vítimas que se lixem	83
Alucinações	85
Manifestações	87
Um Governo virado do avesso	89
A lógica das coligações	91
É a democracia compatível com o Estado-providência?	93
Trocar de povo	95
Falta um salvador	97
Quarta-feira em São Bento	99
O n.º 2	101
Quem não sabe?	103
Histórias portuguesas	105
Acabaram as férias	107
Os maluquinhos de Arroios	109
Não me lixem	111
Um Presidente na reforma	113
Voltar à tradição	115
O “guião” e os portugueses	117
A trincheira	119
Governo fraco, Governo forte	121
Singularidades portuguesas	123
O empobrecimento	125
Uma figura histórica	127

3. A DECADÊNCIA	129
Planos	131
A crise	133
Deixar andar	135
O pântano português	137
Portugal à chuva	139
Mal-estar difuso	141
Precisamos de espaço	143
Nada de espantar	145
Uma história portuguesa	147
O que fazer agora?	149
A decadência de Portugal	151
A decadência: o paradoxo da imitação	153
A decadência: “o bom aluno”	155
Uma pequena história do “consenso”	157
A “diabolização do funcionalismo”	159
Velhas contas	161
Outra história	163
Protectorado	165
4. A LENDA DA “EUROPA”	167
A lenda da “Europa”	169
O inconcebível acontece	171
A Alemanha de hoje	173
A Europa contra a Alemanha	175
O nacionalismo	177
Estamos sozinhos	179
A Grécia	181
A sra. não está em casa	183
D. Pedro V, Portugal e a Grécia	185
5. OS NOSSOS POLÍTICOS	187
Políticos	189
Salazar e Cunhal	191
Portugal não se respeita	193
Brincadeiras, realismo	195

Um adeus	197
O descaramento	199
A perfeição do ovo	201
Um estadista	203
Ser ministro	205
Contradições	207
Sampaio	209
“Pop star”	211
Na véspera	213
À solta	215
Santana segundo ele mesmo	217
A vaca	219
O Presidente “normal”	221
O manifesto misterioso	223
Um homem sem opiniões	225
Quem quiser que escolha	227
O capitão jurou	229
Confiança?	231
Uma desgraça	233
O pai do monstro	235
O Presidente em crise	237
Memória	239
Comunismo de beatos	241
O escândalo do retrato	243
O armário de esqueletos	245
Sócrates: auto-retrato	247
O polícia	249
Quem tem estômago	251
A conspiração	253
Os “poderes ocultos”	255
Os “corninhos”	257
Um primeiro-ministro	259
Cinco ou seis Sócrates	261
O inocente e os culpados	263

Quem quererá, agora, falar com ele?	265
Um fingidor	267
Como se fez Relvas	269
A nova geração	271
Aviário de ministros	273
6. OS NOSSOS PARTIDOS	275
Uma história	277
Partidos	279
O fim de uma época	281
Uma escola política	283
A disciplina nos partidos	285
A direita em Portugal	287
A “refundação” da direita	289
O novo “Bloco”	291
Quem protesta demais...	293
Entre si	295
O PC	297
Um símbolo	299
A extrema-esquerda	301
7. JORNALISMO E LIBERDADE	303
Marcelo	305
Uma guerra	307
O caso de Manuela Moura Guedes	309
Um homem perigoso	311
Raspar um socialista...	313
Vale tudo	315
Folias do nosso tempo	317
<i>O Independente</i>	319
Um adeus português	321
8. O TRIUNFO DA CORRUPÇÃO	323
Ficções	325
Mente ou não mente?	327
“Sicilianização”	329
De cima a baixo	331

A corrupção	333
Trovões	335
Pequenos favores	337
Corrupção	339
A corrupção	341
Ai, Carolina!	343
Um bom polícia?	345
A corrupção em Portugal	347
A corrupção e os portugueses	349
Caçadas	351
O triunfo da corrupção	353
Uma questão de Estado	355
A nossa mansidão	357
Um caso triste	359
Saber o que não sabemos	361
Um mistério	363
Luta de classes e capitalismo financeiro	365
9. ESTUDAR PARA O DESEMPREGO	367
A tempo	369
Retórica	371
A moeda má	373
Estudar para o desemprego	375
História de um crime	377
Um velho erro	379
Um leitor protesta	381
Palavra	383
O monstro	385
10. ORDEM E MUITO RESPEITINHO	387
Os benefícios do tabaco	389
Quem diria?	391
Assim é que é	393
Por bondade	395
Uma questão política	397
Fora o gordo (ou a gorda)	399

Conversa com um leitor	401
Loucos	403
O resto	405
Um cartão	407
Um inquérito	409
Má educação	411
Ordem e muito respeitinho	413
Só nos resta esperar...	415
2 cães, 4 gatos e a loucura do Governo	417
Mais um passo para a abjecção	419
A educação da juventude	421
Descansar	423
Feridos	425
Vigaristas	427
Auto-retrato	429
11. FUTEBOL E DESPORTO	431
Alucinados	433
O Euro 2004	435
Órfã	437
Um crime no futebol	439
Eusébio e o Panteão	441
“O ideal olímpico”	443
12. TRÊS PAPAS	445
Depois de João Paulo II	447
O Papa e a homossexualidade	449
Contra o mundo	451
Um reaccionário?	453
O Papa e o preservativo	455
O último pecado sexual	457
Populismo católico	459
O inquérito do Papa Francisco	461
Simplificações	463
13. TERRORISMO E FANATISMOS	465
O ataque (I)	467

O ataque (II)	469
O ataque (III)	471
Guerras	473
Responsabilidades	475
O terror	477
Os mortos de Londres	479
Deus falou	481
A lei do mais forte	483
Politicamente correcto	485
O embaixador e o ministro	487
O Ocidente e o terrorismo	489
A liberdade vai morrendo	491
O Egipto	493
Sem emenda	495
Difícil de perceber?	497
Liberdade e liberdades	499
14. NÃO FUI FEITO PARA ISTO	501
Um Natal aos 60 anos	503
Crescer com “o Álvaro”	505
Folhas mortas?	512
Símbolos	514
José Cardoso Pires	516
O “Magalhães da Ulisseia”	518
António Alçada Baptista	520
História de uma pequena igreja	522
Soares Carneiro	524
Subvenção vitalícia	526
Histórias	528
Um acaso	530
As ruínas da nossa velhice	532
Não fui feito para isto	534
Índice Onomástico	537

Introdução

Estas crónicas são uma pequena parte das centenas que escrevi entre 1998 e 2015. Pedi a Miguel Pinheiro que as seleccionasse, para que o conjunto agora publicado fosse o resultado de um olhar mais fresco e mais desinteressado do que o meu. Por mim, gostei da escolha. É evidente que este livro reflecte a grande crise que o país sofreu de 2010 a 2015, que de resto já se anunciava nos governos de Sócrates. Mesmo nessa altura, tentei sempre descobrir e esclarecer as semelhanças do Portugal contemporâneo e do Portugal do século XIX ou, mais precisamente, da “modernização” da II (ou III) República e da “regeneração” da segunda metade da Monarquia liberal. Só assim se pode compreender a verdadeira natureza dos regimes representativos portugueses, que a I República e a Ditadura obviamente não foram.

Devo agradecer, em primeiro lugar, a Miguel Pinheiro. Em segundo lugar, a Nuno Pacheco, que durante anos me aturou com inalterável paciência e profissionalismo. E, em terceiro lugar, a Margarida Bentes Penedo, que me corrigiu a prosa e me ajudou na minha longa guerra com o computador. Esta ocasião serve também para lembrar o meu grande amigo Mário Bettencourt Resendes, que

tornou o meu trabalho para o *Diário de Notícias* uma instrução e um prazer. Resta acrescentar que sem o acolhimento, a competência e a dedicação de Duarte Bárbara, um editor como nunca até hoje encontrei, nunca tive a sorte de encontrar, este livro não existiria.

1

A QUEDA

A crise da tesoura

A revolução russa produziu uma expressão particularmente feliz – a “crise da tesoura”. Não vale a pena agora explicar o sarilho a que ela se referia. Acontece que o problema do OE, que nos tempos mais próximos vai cortar a cabeça a este ou a qualquer outro governo, lembra irresistivelmente essa velha metáfora. Uma lâmina da tesoura representa as despesas do Estado, com a saúde, a educação, a justiça, o ambiente, a segurança social, com isto e com aquilo e com os seus próprios funcionários. Apesar do optimismo de alguns reformadores sanguíneos, essas despesas são rígidas ou, pelo menos, largamente incomprimíveis. Primeiro, porque, como provou António Barreto, a desigualdade não diminuiu em Portugal de há 30 ou 40 anos para cá e continua sempre a exigir dinheiro e mais dinheiro. Depois, porque as pessoas, além do voto, têm expectativas crescentes e uma crescente consciência dos seus direitos. A segunda lâmina representa as receitas do Estado, que, sendo insuportáveis, só podem aumentar significativamente se a economia se desenvolver. O famoso combate à fraude fiscal e ao desperdício (até porque ele mesmo, o “combate”, é muito caro) não nos levará longe. Ora a economia portuguesa chegou a um

beco sem saída (a um “esgotamento”, diz Barreto), que em grosso não se deve a razões acidentais ou a erros de política. Na essência, não se conseguiu “modernizar”, como Cavaco esperava. Continua a viver de baixa tecnologia e de baixos salários. E desde 1990 que se expande cada vez mais devagar, numa altura em que o país não está (nem tornará a estar) inclinado à resignação. Dia-a-dia, as lâminas da tesoura abrem. Quando se fecharem, e à força, como é fatal, não se fecharão em paz.

03/11/2000

Sem saída

O dr. Ferro e o dr. Barroso têm cuidadosamente escondido como tencionam resolver os presentes sarilhos, se por acaso ganharem em 17 de Março. Mas, pouco a pouco, começa a vir à superfície o que é indispensável fazer para pôr as coisas a direito ou, pelo menos, para que elas não se entortem mais. Por exemplo: 1.º apurar o défice dito “oculto”; 2.º reduzir a despesa corrente primária do Estado, não admitindo funcionários ou removendo funcionários para um quadro de “excedentes” ou fechando serviços (seja qual for a sua natureza) de nenhuma, ou duvidosa, utilidade; 3.º limitar, em geral, a área de intervenção do Estado; 4.º diminuir, a doer, as transferências para as regiões putativamente autónomas, sobretudo para a Madeira; 5.º aumentar a sério os preços dos transportes colectivos do Estado, agora largamente subsidiados, emagrecer o orçamento do sistema de ensino já hoje numa insustentável indigência, meter na ordem um sistema de saúde caótico e crivado de dívidas, deixar que mansamente se degradem as prestações sociais, vender ou extinguir a TAP e metade da RTP, e privatizar o que ainda vale algum dinheiro. Qualquer ingénuo pode perceber as consequências deste programa ou até de uma pequena parcela dele:

miséria, desemprego e tumulto político. Não admira que, perante um futuro tão negro, o PS e o PSD peçam a maioria absoluta. Mas nem isso obviamente chega e daí a ideia de um “pacto de regime”, um Bloco Central disfarçado, em que um dos contratantes governaria sozinho e o outro se prestava a partilhar o ódio do País. Desgraçadamente, não parece que o sr. Ferro ou o sr. Barroso estejam prontos para um suicídio patriótico. E o que fica é um beco sem saída, como, a seu tempo, se verá.

26/01/2002

Ficção

Depois de ter andado por aí a fingir que era rico, Portugal descobriu de repente que afinal era pobre. Agora está em pânico. O soba socialista fugiu e os políticos parecem galinhas sem cabeça aos saltos na capoeira. Claro que os partidos, como de costume, vão fazendo a sua propaganda. Apresentam montes de medidas de acaso (que, no fundo, não os comprometem a nada), com o nome poético de “programas” e, para se dar um cheirinho a seriedade, tiram do chapéu “independentes” (o que, de passagem, mostra a alta conta em que eles próprios se têm). Desgraçadamente, nem o “guterrismo” curou a parolice portuguesa. Não se vê sombra de um pensamento organizado e um raiozinho de loucura começa a brilhar com insistência. O sr. Portas quer que logo de manhã se cante o hino nacional na escola, presumivelmente como afirmação nacionalista contra o El Corte Inglés. O sr. Barroso não quer o aeroporto da Ota, nem uma terceira ponte sobre o Tejo, enquanto existir uma pensão de miséria ou uma criança à espera de ser operada, por razões que só ele e Deus conseguem perceber. O sr. Ferro jura que é determinado, firme e corajoso, como, por exemplo, o célebre democrata Gengis Khan. E o sr. Louçã exige “absoluta-

mente” (e com grande originalidade) que os ricos paguem a crise. Mas ninguém disse ainda como tenciona pôr em ordem, a partir de Março, as contas do Estado. Ou, mais precisamente, quanto e onde tenciona “cortar”. Os “cortes”, fatais como o destino, foram banidos da conversa. Toda a gente fala em acabar com o “desperdício” (uma coisa ambígua), em aumentar as receitas (um sonho remoto) ou em atrair financiamento privado (como se ele não implicasse uma contrapartida). Sobre, o essencial, os “cortes”, nem uma palavra. Esta campanha é pura ficção.

22/02/2002

Que déficit?

O PSD sempre sustentou que o déficit de 2001 estava a ser falsificado pelo Governo socialista. Na campanha eleitoral, Durão Barroso insistiu muito neste ponto e até prometeu uma auditoria às contas do Estado. Já esta semana, ele próprio, Manuela Ferreira Leite e o governador do Banco de Portugal deram a entender que, “por critérios contabilísticos normais”, o déficit ficaria acima dos três por cento, coisa que os nossos compromissos não permitem e que Manuela Ferreira Leite dramaticamente confirmou. Pior ainda: na imprensa, na rádio e na televisão começaram a aparecer insinuações de que os três por cento seriam afinal quatro e tal, se as dívidas dos municípios e algumas tranqüibérnias mais graves (a inscrição de receitas falsas, por exemplo) fossem investigadas com o devido pormenor. Mas, de repente, segundo o *Expresso*, parece que o Governo resolveu “esconder”, ou “camuflar” o déficit, e que o valor do dito déficit, em vez de um facto financeiro, é uma “decisão política”. Ora, politicamente, não convém ao sr. Barroso “puxar os números para cima”, para não pôr em risco os “fundos” de Bruxelas (infringindo o Pacto de Estabilidade e Crescimento) e para não ter de os baixar depois. Isto merece um comentário.

Se, entre a realidade e a ficção, o Governo preferir, como de costume, a ficção (mesmo com a cumplicidade da “Europa”), perde o direito de pedir qualquer espécie de sacrifício aos portugueses, por mais leve e necessário que ele seja. E, cometendo conscientemente uma fraude (que a razão de Estado não desculpa), perde também o direito de exigir que os portugueses não defraudem o fisco. Esperemos que o sr. Barroso não entre por esse duvidoso caminho. Não se cria a confiança, que ele tanto quer, com um acto de vertiginosa vigarice.

14/04/2002

Por enquanto

A Alemanha é o nosso maior investidor estrangeiro, com uma quota de 25 por cento. Há centenas de empresas de capital alemão (à volta de 800), que empregam directa ou indirectamente 13.000 trabalhadores e, de uma maneira ou de outra, cobrem oito por cento das receitas do Estado. Esta semana, a Câmara de Comércio e Indústria Luso-alemã (CCILA) apresentou ao Governo o resultado de um inquérito aos seus sócios. Sessenta e três por cento disseram que não estão (ainda?) arrependidos de ter posto cá o seu dinheiro. Mas 37 por cento disseram o contrário e, desses, dois terços escolheriam agora países do Centro e do Leste da Europa, onde a mão-de-obra é mais barata e mais qualificada. A CCILA ofereceu ao ministro Bagão Félix várias sugestões para impedir ou parar a fuga, já claramente anunciada, do investimento alemão. Sem surpresa, são todas sobre as leis laborais. Não vale a pena entrar em pormenores. Para a CCILA, as leis laborais, através de vários mecanismos, autorizam a que se trabalhe pouco e garantem uma espécie de “propriedade” do emprego. Estes vícios – vícios de um país pobre –, que Salazar implantou e que o PREC agravou, vêm evidentemente do modelo do funcionário público.

Não há empresa que viva bem com eles. Claro que o patriotismo indígena rejeitou com alacridade este *ultimatum* alemão (que, aliás, não existe). Mas tanto a CIP como a AIP se queixam do mesmo. E com razão. Tarde ou cedo a produtividade portuguesa (menos de metade da média “europeia”) acabará por arrasar a economia e produzir um desemprego maciço. Só que hoje nenhum Governo (nem Cavaco) se atreveu a fazer o necessário e o evidente. A operação não seria popular. Popular é fingir que não se passa nada e não se meter em trapalhadas. Enquanto se pode. Por enquanto.

06/07/2002

Cavaco

Segundo a última sondagem, se Cavaco se candidatar à Presidência ganha a toda a gente na esquerda com muito mais votos do que Santana Lopes; e Santana Lopes pode, ainda por cima, tropeçar com Guterres (50 por cento para cada lado) e até com Soares. Em princípio, Cavaco tem Portugal aos pés. Mas parece relutante em avançar. Nem jantarinhos de personalidades pressurosas nem o crescente horror a qualquer outra alternativa o conseguem convencer. Porquê? A especulação ferve. Algumas coisas, de que ninguém fala, são no entanto claras. Para começar, a eleição de Cavaco não seria uma eleição normal. No estado a que chegou (e tão cedo não muda), o País quer voltar ao bom tempo da autoridade, da segurança e do progresso, e sair, agora para sempre, da “cauda da Europa”. Não quer Cavaco a Presidente, quer a ressurreição do “cavaquismo”, como hoje o imagina com o benefício da distância e dos desastres que a seguir vieram. Só que em Belém (e excepto se revolucionasse o regime), o redentor iria fatalmente desfazer esta simpática ilusão e, de caminho, diminuir a sua estatura histórica. Um mau fim anula uma bela vida. Cavaco sabe isto. E também sabe – para ele uma consideração de essência – que a economia

doméstica, europeia e mundial não prometem maravilhas para o futuro próximo. A partir de 2006, teria pela frente grandes sarilhos, quase nenhuma solução e o dever de assistir inerte à fúria universal dos portugueses. É um papel que não lhe assenta. Para um homem que deixou justamente o seu nome a uma época, subir (ou descer?) à Presidência aos 67 anos não vale a pena sem a garantia ou a esperança de que vai levar o País a uma nova prosperidade e ordem. Neste momento, falta a garantia e falta a esperança. E Cavaco compreensivelmente hesita.

01/02/2004

A crise e os portugueses

Tirando um caso ou outro, a crise financeira internacional não tem excitado muito nem o jornalismo, nem a política portugueses. O espaço que lhe dão é pouco para o que seria de esperar; e a relevância também não é grande. O que, francamente, não espanta. Num país pobre, qualquer número com mais de três zeros não entra na cabeça de ninguém. E há ainda a ignorância do cidadão comum, que não percebe o que se passa, e a modéstia dos peritos, que, se percebem, acham melhor não dizer nada. A polémica, de resto ocasional, fica pela morte (ou pela “derrota”) da “mão invisível” ou do “neoliberalismo” (que a maioria dos preopinantes ignora o que seja) e, naturalmente, pela “ganância” da “especulação”. Enquanto os deixarem viver na sua miséria habitual, os portugueses respiram.

Respiram e vão pensando no que, verdadeiramente, interessa ao país. Na Assembleia da República, a esquerda e a direita tratam, com toda a seriedade, do casamento de homossexuais. Concordo inteiramente que a lei aprove o casamento de homossexuais. Mas, com o Ocidente à beira da falência, já para não falar de Portugal, essa não parece a prioridade do dia. Como também gosto muito

de ouvir Manuel Alegre dissertar sobre a liberdade e de medir a distância exacta a que ele está da direcção do PS. Só que, por agora, preferia que ele falasse da queda da Bolsa, dos 12.000 milhões que já perderam os bancos ou do empréstimo da Caixa ao BPN. E, até, se nem ele, nem o Parlamento quiserem descer tão baixo, do “plano Paulson”, do “plano” Brown, da unidade da “Europa” e da reunião dos G7.

Admito que estas futilidades não entusiasmam os príncipes que nos governam. De qualquer maneira, talvez não fosse inútil imaginar como acabaria o país se a recessão americana (hoje inevitável) durasse, por exemplo, meia dúzia de anos; se a “Europa” se desintegrasse ou enfraquecesse; ou se a esquerda e a direita voltassem, por força da necessidade, às nacionalizações de 1975. Compreendo que estas coisas deprimem e que, pelo contrário, o casamento de homossexuais puxa muito mais pela parlapatice. Como as casas da câmara, o último episódio dos sarilhos de Santana, a ERC ou a cooperação entre o primeiro-ministro e o Presidente. Portugal continua numa tranquilidade etérea – enquanto a economia se começa pouco a pouco a desfazer e o caos se aproxima.

12/10/2008